

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRED MUTUO DOS MAGIST MEMBROS DO MINISTERIO PUB DEFENS PUB E SERV DO PODER JUD NO ESTADO DO CEARA - SICREDI COOPERJURIS

CNPJ: 08.041.950/0001-76

ATIVO	30/06/2018	30/06/2017	PASSIVO	30/06/2018	30/06/2017
CIRCULANTE	12.300	11.927	CIRCULANTE	6.063	3.244
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	116	33	DEPÓSITOS	3.237	1.191
Disponibilidades	116	33	Depósitos à Vista	533	309
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	3.709	6.941	Depósitos a Prazo/Sob Aviso	2.704	882
Serviços Compensação de Cheques	8	20	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	3	6
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	3.701	6.921	Recursos em Trânsito de Terceiros	3	6
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	8.245	4.724	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	6	10
Operações de Crédito	8.359	4.784	Serviços de Compensação de Cheques	6	10
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(114)	(60)	Repasse Interfinanceiros	-	-
OUTROS CRÉDITOS	219	218	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	2.428	1.733
Rendas a Receber	50	98	Empréstimos País - Outras Instituições	2.428	1.733
Diversos (NOTA 06)	179	123	OUTRAS OBRIGAÇÕES	389	304
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 05)	(10)	(3)	Cobrança e Arrecadação de Tributos	22	22
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 07)	11	11	Sociais e Estatutárias	63	51
Outros Valores e Bens	-	1	Fiscais e Previdenciárias	32	23
Despesas Antecipadas	11	10	Diversas (NOTA 10)	272	208
NÃO CIRCULANTE	20.160	14.235	NÃO CIRCULANTE	19.614	16.939
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	20.160	14.235	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	19.614	16.939
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	18.656	12.972	DEPÓSITOS	14.381	13.208
Operações de Crédito	18.912	13.138	Depósitos a Prazo	14.381	13.208
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(257)	(166)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 10)	4.559	3.215
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 06)	674	516	Empréstimos País - Outras Instituições	4.559	3.215
Diversos	674	516	OUTRAS OBRIGAÇÕES	674	516
INVESTIMENTOS (NOTA 08)	784	699	Diversas (NOTA 10)	674	516
Outros Investimentos	784	699	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.782	5.979
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 09)	44	44	CAPITAL SOCIAL (NOTA 12)	5.667	5.047
Outras Imobilizações de Uso	200	187	De Domiciliados no País	7.867	6.869
(Depreciação acumulada)	(156)	(143)	(Capital a Realizar)	(2.200)	(1.822)
INTANGÍVEL (NOTA 09)	2	4	RESERVAS DE SOBRAS	412	321
Outros Ativos Intangíveis	48	48	Reserva de Lucros	412	321
(Amortização acumulada)	(46)	(44)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	703	611
			Sobras/Perdas acumuladas	703	611
TOTAL DO ATIVO	32.459	26.162	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	32.459	26.162

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRED MUTUO DOS MAGIST MEMBROS DO MINISTERIO PUB DEFENS
PUB E SERV DO PODER JUD NO ESTADO DO CEARA - SICREDI COOPERJURIS
CNPJ: 08.041.950/0001-76

	01/01/2018 a 30/06/2018	01/01/2017 a 30/06/2017
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	703	611
Resultado do semestre/exercício	703	611
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	284	397
(Reversão) Provisão para operações de crédito	119	1
Depreciação do imobilizado de uso	7	7
Amortização do intangível	1	2
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	158	387
Dividendos SicrediPar	(1)	-
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(4.032)	(250)
(Aumento) Redução em Serviços de Compensação de Cheques	(8)	(20)
(Aumento) Redução em operações de crédito	(6.313)	130
(Aumento) Redução em outros créditos	(134)	(88)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(11)	(10)
Aumento (Redução) em depósitos	(3)	688
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	6	11
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(1)	5
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	2.706	(656)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(60)	(28)
Aumento (Redução) em outras obrigações	(214)	(282)
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.045)	758
Aquisição de Investimentos	(84)	(99)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(10)	(11)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(94)	(110)
Aumento de capital	929	668
Baixa de capital	(603)	(696)
Distribuição de Sobras	(728)	(449)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(402)	(477)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(3.541)	171
Caixa e equivalente de caixa no início do período	7.359	6.783
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	3.818	6.954

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRED MUTUO DOS MAGIST MEMBROS DO MINISTERIO PUB DEFENS PUB
E SERV DO PODER JUD NO ESTADO DO CEARA - SICREDI COOPERJURIS**

CNPJ: 08.041.950/0001-76

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2017	5.075	321	449	5.845
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	-	-	(382)	(382)
IR s/Sobras	-	-	(67)	(67)
Outras destinações	-	-	-	-
Sobra de exercício anterior	-	-	-	-
Capital de associados				
Aumento de capital	668	-	-	668
Baixas de capital	(696)	-	-	(696)
Resultado do período	-	-	611	611
Saldos no fim do período em 30/06/2017	5.047	321	611	5.979
Mutações do Período	(28)	-	162	134
Saldos no início do período em 01/01/2018	5.341	412	728	6.481
Distribuição de sobras para associados	-	-	(619)	(619)
IR s/Sobras	-	-	(109)	(109)
Capital de associados				
Aumento de capital	929	-	-	929
Baixas de capital	(603)	-	-	(603)
Resultado do período	-	-	703	703
Saldos no fim do período em 30/06/2018	5.667	412	703	6.782
Mutações do Período	326	-	(25)	301

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRED MUTUO DOS MAGIST MEMBROS DO MINISTERIO PUB DEFENS PUB E SERV DO PODER JUD NO ESTADO DO CEARA - SICREDI COOPERJURIS
CNPJ: 08.041.950/0001-76

Descrição das contas	01/01/2018 a 30/06/2018			01/01/2017 a 30/06/2017		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.633	-	2.633	2.026	-	2.026
Operações de Crédito	2.633	-	2.633	2.026	-	2.026
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.085)	-	(1.085)	(1.120)	-	(1.120)
Operações de Captação no Mercado	(512)	-	(512)	(710)	-	(710)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(247)	-	(247)	(59)	-	(59)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.548	-	1.548	906	-	906
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(828)	19	(809)	(283)	13	(270)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	-	11	11	-	7	7
Rendas de Tarifas Bancárias	15	-	15	12	-	12
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(486)	(2)	(488)	(351)	(1)	(352)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(315)	-	(315)	(249)	-	(249)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(1)	-	(1)	-	-	-
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 14)	255	11	266	535	7	542
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 15)	(296)	(1)	(297)	(230)	-	(230)
RESULTADO OPERACIONAL	720	19	739	623	13	636
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	-	-	(248)	248	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	720	19	739	375	261	636
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	720	19	739	375	261	636
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	(36)	-	(36)	(25)	-	(25)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	684	19	703	350	261	611
DESTINAÇÕES	-	-	-	-	-	-
Sobras de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-
SOBRAS/PERDAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	684	19	703	350	261	611

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017 (EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRED MUTUO DOS MAGIST MEMBROS DO MINISTERIO PUB DEFENS PUB E SERV DO PODER JUD NO ESTADO DO CEARA - SICREDI COOPERJURIS, é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito Norte Nordeste - Central Sicredi NNE ("Central Sicredi N/NE") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, iniciou as atividades em 11/04/2006 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 30 de Junho de 2018, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.610 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 06 de Agosto de 2018.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade. De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Ativos e Passivos em Moeda Estrangeira

Os saldos ativos e passivos em moeda estrangeira, decorrentes de operações realizadas pela Cooperativa, foram convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do fechamento das demonstrações financeiras.

i) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

j) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

k) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 09 - Imobilizado de uso e intangível, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

l) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível".

m) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

q) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

r) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2018	2017
Disponibilidades		
Caixa	47	32
Depósitos bancários	69	1
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	3.701	6.921
Total	3.817	6.954

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	8.342	18.897	27.239	17.872
Financiamentos	17	15	32	49
Carteira total	8.359	18.912	27.271	17.921

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Títulos e créditos a receber (i)	169	1	170	115
Total	169	1	170	115

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para operações de Crédito	
		2018	2017	2018	2017
Nível A	0,50	26.423	17.315	132	87
Nível B	1,00	139	389	1	4
Nível C	3,00	144	22	4	1
Nível D	10,00	118	1	12	-
Nível E	30,00	467	165	140	49
Nível F	50,00	118	111	59	55
Nível G	70,00	-	6	-	4
Nível H	100,00	32	27	33	29
Total		27.441	18.036	381	229

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	2	3
Adiantamentos por conta de imobilizações	6	1
Impostos e contribuições a compensar	0	0
Opções por Incentivos Fiscais	1	1
Operações com cartões (Nota 5a)	170	115
Devedores Diversos (i)	-	3
Total Circulante	179	123

Devedores por depósitos em garantia (ii)	674	516
Total realizável a longo prazo	674	516

(i) Refere-se a pendências a regularizar e movimentação com cartões.

(ii) Refere-se a Depósito judicial em ações que discutem a legalidade da cobrança do IR sobre Juros ao capital e sobre sobras.

NOTA 07 – OUTROS VALORES E BENS

	2018	2017
Despesas antecipadas	11	10
Total	11	10

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 390 (2017 - R\$ 389) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 08 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2018	2017
Cooperativa Central Sicredi Norte Nordeste	718	655
Sicredi Participações S.A.	64	42
Outras Participações e Investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Outras Ações e Cotas	1	1
Total	784	699

NOTA 09 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2018			2017
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso (i)	-	200	(156)	44	44
Instalações	10%	85	(81)	4	6
Móveis e equipamentos de uso	10%	34	(20)	14	17
Sistema de comunicação	10%	2	(1)	1	1
Sistema de processamento de dados	20%	77	(53)	24	20
Sistema de segurança	10%	2	(1)	1	-
Intangível		48	(46)	2	4
Outros ativos intangíveis	20%	48	(46)	2	4
Total		248	(202)	46	48

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 10 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações, estão assim compostas:

	2018	2017
Provisão para pagamentos a efetuar	107	97
Credores diversos(i)	165	111
Total circulante	272	208
Provisão para contingentes (ii)	674	516
Total exigível a longo prazo	674	516

(i) Refere-se a Sobras de caixa, Movimentação com cartões de crédito e débito, Pendências a Regularizar e Outros Credores.

(ii) Refere-se a Depósito judicial em ações que discutem a legalidade da cobrança do IR sobre Juros ao capital e sobre sobras, ações trabalhistas e cíveis.

NOTA 11 – PASSIVOS CONTINGENTES

Esta Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2018	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 30/06/2018
Trabalhista	5	-	-	5
Cível	6	-	-	6
Tributária	457	45	-	502
Total	468	45	-	513

Em 30 de Junho de 2018 a Cooperativa possui processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é provável.

NOTA 12 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2018	2017
Capital Social	5.667	5.047
Total de associados	1.082	1.010

Em 30 de Junho de 2018, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 929 (2017 – R\$ 668), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 603 (2017 – R\$ 696).

d) Resultados acumulados

Os resultados são distribuídos e apropriados conforme o Estatuto Social, normas do Bacen e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do Bacen, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71 (Lei do Cooperativismo).

NOTA 13 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 14 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Recuperação de Despesas Administrativas	-	2
Recuperação de Crédito Baixado como Prejuízo	13	65
Reversão de Provisões Operacionais	3	-
Receita de Ingressos Intercooperativos (i)	151	381
Outras Receitas Operacionais	99	94
Total	266	542

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 15 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Despesas com Depreciação	7	6
Despesas com Amortização	1	2
Contribuição a Cooperativa Central	63	59
Contribuições cooperativistas / OCE	8	8
Contribuição FGV	3	2
Despesas Anuidade Cartao Crédito Bansicred	8	7
Despesas Corretora	-	2
Despesa com Projeto Totalcoop	96	86
Despesa com Comitê de Investimento	-	2
Despesa com Comitê de Marketing	1	4
Despesa com milhas cartão de crédito Sicredi	2	1
Despesas Anuidade Cartão de Débito Bansicredi	12	11
Estelionato, Roubo, Furto, Fraude e outras Atividades Ilícitas	-	1
Desempenho da Atividade	2	-
Despesa com Saque Cartão	10	3
Custos de Manutenção do Sistema	12	12
Contribuição SFG	4	3
Taxa de Portabilidade	54	-
Demais despesas Cartão Sicredi	4	-
Outras despesas operacionais	6	13
Desconto Concedidos em Opr de Crédito	4	8
Total	297	230

NOTA 16 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o de alocação de capital e o de crédito.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

José Alberto de Almeida
Diretor Presidente
CPF nº 059.819.053-87

Manfredo Candido Maciel
Diretor Administrativo
CPF nº 002.369.263-49

Francisco Antonio Távora Colares
Diretor Financeiro
CPF nº 016.836.815-33

Marcelina Felix dos Santos
Contador
CRC:8288/O-5
CPF: 043.354.464-38